

# DIVISÃO DIALECTOLÓGICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

ANTENOR NASCENTES

A geografia lingüística revela que, enquanto não existir o *Atlas Lingüístico do Brasil*, não se pode fazer uma divisão territorial em matéria de dialectologia com bases absolutamente seguras.

Tal Atlas está muito longe de se tornar uma realidade.

Por isso, não vem de todo fora de propósito que se tente êsse desiderato, embora sua realização seja de valor duvidoso e sujeita a revisão definitiva quando aparecer o Atlas.



Em sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, o professor SERAFIM DA SILVA NETO já tinha salientado que a divisão do nosso país em áreas lingüísticas esbarrava diante de uma grande dificuldade: a falta de determinação das isoglossas.

Essa divisão foi tentada por JÚLIO RIBEIRO, MAXIMINO MACIEL, RODOLFO GARCIA e pelo autor dêste trabalho.

Adotando um critério exclusivamente geográfico, JÚLIO RIBEIRO apresentou em 1891

a seguinte divisão, que consta da *Introdução à História da Literatura Portuguesa* de MENDES DOS REMÉDIOS:

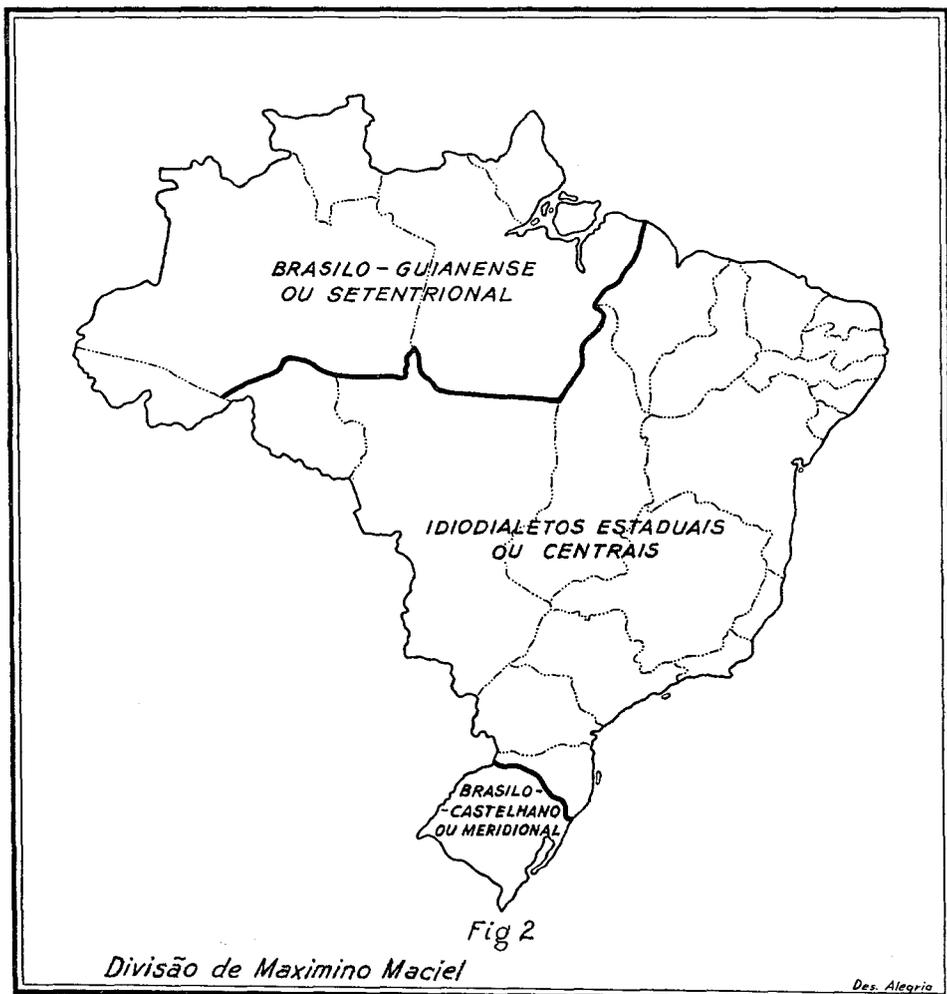
- 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco);
- 2) Leste (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo);
- 3) Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 4) Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Esta divisão apresenta os seguintes defeitos:

Junta o Norte com o Nordeste, que é diferente d'êle;

Separa Alagoas dos demais estados do Nordeste;

Coloca o Espírito Santo e o Rio de Janeiro junto da Bahia, tão diferente esta;



Coloca São Paulo, tão caracteristicamente sulino, junto com Alagoas (!), junto com Sergipe e Bahia e junto com Espírito Santo e Rio de Janeiro;

Coloca Minas (sem discriminar) junto com Goiás e Mato Grosso.

No Sul, só há que objetar a falta de São Paulo.

Como se vê, tôda ela imperfeita.

MAXIMINO MACIEL (v. artigo de SERAFIM DA SILVA NETO em *A Manhã*, de 17 de janeiro de 1950) deu a divisão seguinte:

- 1) brasilo-guianense ou setentrional;
- 2) idiodialetos, estaduais ou centrais;
- 3) brasilo-castelhano ou meridional.

Além do defeito do critério geográfico exclusivo, esta divisão conta com outros: a língua da chamada Guiana Brasileira se estende à margem direita do Amazonas; que serão idiodialetos?; a influência do castelhano platino na língua da fronteira com o Uruguai e com a República Argentina não vai a ponto de dominar o nosso subfalar do extremo sul.

Sem uma base histórica não se pode fazer nada neste assunto.

Esta base deu-nos JOÃO RIBEIRO em sua *História do Brasil*.

Repartiu êle o imenso organismo nacional em cinco grupos locais:



- 1) o Extremo Norte (a Amazônia, o Maranhão, Piauí e Ceará);
- 2) o Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte);
- 3) o Centro (Sergipe, Bahia, Ilhéus e Pôrto Seguro);
- 4) o Interior (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 5) o Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, (Paraná), Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Combinado o critério geográfico com o histórico, já se encontra uma divisão mais aceitável no *Dicionário de Brasileirismos* de RODOLFO GARCIA.

Levou êle em conta a continuidade territorial, a facilidade de comunicações terrestres, marítimas ou fluviais (naquele tempo, 1915, não havia ainda as aéreas), a homogeneidade ou heterogeneidade de culturas ou indústrias, a dosagem dos elementos étnicos.

Prestando atenção à distribuição geográfica dos localismos compendiados nos diferentes glossários que possuímos, delimitou as seguintes zonas:

- 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão);
- 2) Norte-Oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas);
- 3) Central-Marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro);
- 4) Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul);
- 5) Altiplana-Central (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso).

Há os seguintes defeitos nesta divisão:

Coloca o Maranhão na zona Norte, quando êle é uma espécie de intermediário entre ela e o Nordeste;



Coloca o Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo na zona Central-Marítima;

Coloca Minas Gerais (sem discriminar) e Goiás junto com Mato Grosso.

Alterando a divisão de RODOLFO GARCIA, demos na primeira edição de nossa obra, *O Linguajar Carioca em 1922*, a seguinte divisão:

- 1) Nortista (Amazonas, Pará, litoral dos estados desde o Maranhão até a Bahia);
- 2) Fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais, Distrito Federal);

3) Sertanejo (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas Gerais, sertão dos estados litorâneos, desde o Maranhão até a Bahia);

4) Sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro).

Com tôda a razão LINDOLFO GOMES, na *Revista de Filologia e História* II, 390, fêz a seguinte crítica à minha divisão:

“Perguntamos: os falares do sul de Minas, p.ex., pertencerão ao subdialeto (dávamos então êste nome ao que hoje preferimos denominar subfalares) fluminense ou ao sulista, em que se enquadra o povo de São Paulo? Como é que tôda Minas poderá, com o sertão da Bahia, Goiás e Mato Grosso, constituir o subdialeto central ou sertanejo? A mata mineira não haverá que pertencer de preferência ao grupo fluminense e capixaba, e isso mesmo quanto a limitadas zonas do Espírito Santo e do estado do Rio?”

Quando fizemos aquela divisão, havíamos percorrido pequena parte do nosso território.

Conhecíamos Minas Gerais, Espírito Santo, estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife e Salvador.

Atendendo às justas ponderações de LINDOLFO GOMES, alteramos em 1933 a divisão de 1922 quando fizemos o mapa dialectológico constante da página 244 do quarto tomo da série, *O Idioma Nacional*.

Criamos uma zona Norte para Amazonas e Pará, constituímos uma zona Nordeste com o litoral, desde o Maranhão até o norte do Espírito Santo, passamos o sul de Minas Gerais para o subfalar sulista.

Criticando a divisão por nós feita, diz RENATO MENDONÇA em *A Influência Africana no Português do Brasil*:

“Tão louvável iniciativa (a de esboçar uma divisão geolingüística com os subfalares enumerados) escusa certos equívocos como fazer entrar no subdialeto *sulista* regiões dialectologicamente diversas como São Paulo e Rio Grande do Sul. A língua da Amazônia oferece numerosas características que a distinguem nitidamente de Pernambuco e da Bahia, todos enfeixados no dialeto nortista.”

Só a segunda crítica é procedente.

A primeira, não. O subfalar do Rio Grande do Sul, com que RODOLFO GARCIA quase constituiu uma zona à parte, é muito típico, por vários motivos, mas não a ponto de destacar-se das linhas fundamentais do subfalar sulista.

Por conseguinte, está muito bem, junto com São Paulo.

Releva agora salientar um fato.

Na ânsia de censurar, RENATO MENDONÇA esqueceu-se de que o erro de colocar a Amazônia junta com o litoral do Maranhão à Bahia, cometido na divisão de 1922, já tinha sido sanado na de 1933, que consta da página 244 da quarta série de *O Idioma Nacional*, por êle citada na página 202 de seu livro e da qual não poderia deixar de ter conhecimento.

Hoje que já realizamos nosso ardente desejo de conhecer o Brasil de lés a lés, do Oiapoque ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fizemos nova divisão que não consideramos nem pudéramos considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade.

Dividimos então o falar brasileiro em seis subfalares, que reunimos em dois grupos a que chamamos do norte e do sul.

O que caracteriza êstes dois grupos é a cadência e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em — *mente*.

Basta uma singela frase, ou mesmo uma simples palavra, para caracterizar as pessoas pertencentes a cada um dêstes grupos.

Êles estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país.

Tal zona se estende, mais ou menos, da foz do Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no estado do mesmo nome, passando perto de Teófilo Ottoni, Minas Novas, Bocaiuva, Pirapora, serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrependedos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso.

Os subfalares do norte são dois: o amazônico, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás, que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba.

Os subfalares do sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Nordeste, Norte e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javaés, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o estado do Rio de Janeiro, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso.



O perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Três Barras, Cariaí, Xingu, Fresco e Aquiqui e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto incaracterístico. Nossa divisão foi rejeitada pelo professor SILVEIRA BUENO em seu livro, *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, p. 312.

Alega ele que entre São Paulo e Santa Catarina as diferenças são muito grandes, desde o *s* sibilante, de Lisboa e Rio, completamente desconhecido em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, até o vocabulário grandemente influenciado pelo alemão.

Não é a única nem a mais característica diferenciação entre norte e sul a abertura das protônicas: há o *r* gutural do norte, o *lh* reduzido a *lê*, a ausência do yeísmo, que predomina no sul.

Colocar a Bahia no grupo sulista é antigeográfico.

O Rio Grande do Sul difere muitíssimo de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo, desde a pronúncia até o vocabulário com a sua predominância espanhola fronteiriça.

Em São Paulo, as influências italianas exigem colocação à parte.

Vejamos as objeções a que se reduzem.

As diferenças entre São Paulo e Santa Catarina não são nem grandes quanto mais muito grandes.

Releva notar que no Brasil, apesar de sua enorme extensão territorial, as diferenças são pequenas em toda parte.

Para se fazer um estudo de caráter dialetal, tem-se de andar catando pulgas aqui e ali.

O *s* chiante (e não sibilante) de Santa Catarina é uma pequena diferença. Aliás, não é de todo o estado. No continente o *s* não é chiado, na maior extensão, o vocabulário não é grandemente influenciado pelo alemão.

Naturalmente, em zona de colonização alemã, há de haver termos alemães, mas são poucos. Basta ver os autores que têm tratado do assunto, tais como BOSSMANN, EMÍLIO WILLEMS.

Diferenciações gerais são a cadência e a abertura das protônicas. As demais não são gerais, tais como o *r* velar, que aparece apenas no Nordeste e não em todo o domínio do falar a que chamei nortista.

O *lê* por *lhê* é apenas da Bahia e de Sergipe.

Também há yeísmo no norte; não é só no sul.

Basta olhar o mapa n.º 5 para se ver que a Bahia não foi colocada antigeograficamente no grupo sulista. Houve inexatidão na censura.

O Rio Grande não difere muitíssimo de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Difere um pouco, não há dúvida, mas mantém as linhas gerais do dialeto sulista: cadência, protônica não aberta, *s* sibilante, *e* e *o* finais fechados, hiato *io* reduzido a ditongo, tendência para ditongar os hiatos, etc. Existe abundância, não predominância, de termos espanhóis, mas isto não representa uma diferença tão grande tanto mais que o léxico não é o característico dialetal principal.

As influências italianas dão uma côr local ao subfalar de São Paulo, tanto quanto as espanholas ao do Rio Grande do Sul, mas o professor exagera a importância delas, como exagerou a importância das espanholas no Rio Grande.

Nosso trabalho, repetimos, não é nem podia ser definitivo.

Aguardemos o *Atlas Lingüístico do Brasil* (até quando?), para um trabalho definitivo.